

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.739.936/0001-90
Belo Horizonte - MG

Cemig PCH S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$35.952 mil, dividido em 35.952.000 (trinta cinco milhões, novecentos cinquenta dois mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Cemig PCH obteve um lucro líquido no valor de R\$13.578 mil em 2016, em comparação ao lucro líquido de R\$8.395 mil em 2015. Este resultado decorre, principalmente, da redução de 44,19% nos gastos com energia elétrica comprada para revenda.

Receita Operacional

O fornecimento de energia elétrica totalizou 138.664 MWh durante o exercício de 2016, um aumento de 22,87% em comparação ao volume de 112.850 MWh em 2015. A receita bruta auferida decorrente desse fornecimento foi de R\$33.979 mil (R\$34.443 mil em 2015), uma redução de 1,35%.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais somaram R\$13.960 mil em 2016 (R\$19.532 mil em 2015). Esta variação decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda, que foram de R\$7.317 mil em 2016, comparados a R\$13.110 mil em 2015, em função da redução do preço do PLD médio no ano de 2016 (R\$93,97/MWh em 2016 comparado a R\$288,11/MWh em 2015).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou o montante de R\$1.751 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2016, representando 11,42% do lucro antes da tributação. No exercício de 2015, a Companhia apurou o montante de R\$1.456 mil, representando 14,78% do lucro antes da tributação.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

Em 2016, o LAJIDA foi de R\$17.825 mil (R\$13.130 mil em 2015) e a Margem do LAJIDA foi de 65,58% em 2016 (46,62% em 2015), conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

	2016	2015	%
Resultado líquido	13.578	8.395	61,74
+ Despesa de IR e CS	1.751	1.456	20,26
+ Resultado Financeiro	(2.107)	(1.218)	72,99
+ Depreciação e Amortização	4.603	4.497	2,36
LAJIDA	17.825	13.130	35,76

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$13.578 mil e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.295 mil referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

▪ R\$679 mil, correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal;

▪ R\$5.130 para pagamento de dividendos intermediários; e,

▪ R\$10.064 para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig PCH manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS										
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)										
	ATIVO			PASSIVO						
	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015				
CIRCULANTE				CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	5.334	1.210	Fornecedores	9	1.347				
Títulos e Valores Mobiliários	4	7.761	4.257	Encargos Setoriais	5	5				
Concessionárias e Permissionárias	5	10.062	6.681	Tributos	11a e 11b	1.031				
Tributos Compensáveis	7	16	8	Dividendos Propostos	12	409				
Outros Créditos		66	-	TOTAL DO CIRCULANTE		2.383				
TOTAL DO CIRCULANTE		23.239	12.156	NÃO CIRCULANTE						
NÃO CIRCULANTE				Fornecedores – Retenção Contratual	9	13				
Títulos e Valores Mobiliários	4	348	84	Tributos	11a	1.594				
Depósitos Vinculados a Litígio	6	1.575	1.376	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	71				
Imobilizado	8	70.666	74.857	Recursos Destinados a Aumento de Capital		10.000				
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		72.589	76.317	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.678				
ATIVO TOTAL		95.828	88.473	TOTAL DO PASSIVO		14.061				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13					
				Capital Social		35.952				
				Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		34.986				
				Reserva de Lucros		10.829				
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.546				
				PASSIVO TOTAL		88.473				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Reserva de Ajustes de Avaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.952	-	-	39.558	(8.950)	66.560
Realização da reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	-	(2.277)	2.277	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	8.395	8.395
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	86	-	-	(86)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios (R\$11,38 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(409)	(409)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$34,13 por lote de mil ações)	-	-	1.227	-	(1.227)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	35.952	86	1.227	37.281	-	74.546
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	-	(2.295)	2.295	-
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 34,13 por lote de mil ações)	-	-	(1.227)	-	-	(1.227)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	13.578	13.578
Dividendos Intermediários (R\$ 142,69 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(5.130)	(5.130)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	679	-	-	(679)	-
Dividendos Adicionais Propostos (R\$285,24 por lote de mil ações)	-	-	10.064	-	(10.064)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	35.952	765	10.064	34.986	-	81.767

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2016	2015
RECEITA	14	27.182	28.165
CUSTOS OPERACIONAIS	15	-	-
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(7.317)	(13.110)
CUSTOS DE OPERAÇÃO	15		
Materiais		(37)	(102)
Serviços de Terceiros		(1.739)	(1.689)
Depreciação e Amortização		(4.603)	(4.497)
Seguros		(38)	(33)
		(6.417)	(6.321)
CUSTO TOTAL		(13.734)	(19.431)
LUCRO BRUTO		13.448	8.734
DESPESA OPERACIONAL	15		
Despesas Gerais e Administrativas		(177)	(54)
Outras Despesas Operacionais		(49)	(47)
		(226)	(101)
Resultado Operacional antes dos Resultado Financeiro		13.222	8.633
Receitas Financeiras	16	2.141	1.233
Despesas Financeiras	16	(34)	(15)
		2.107	1.218
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		15.329	9.851
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	17	(1.705)	(1.438)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	(46)	(18)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		13.578	8.395
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		377,67	233,51

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	13.578	8.395
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	13.578	8.395

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	13.578	8.395
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de caixa		
Depreciação e Amortização	4.603	4.497
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	(1.434)	(1.127)
Tributos	1.751	1.456
	18.498	13.221
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(3.381)	(4.772)
Tributos Compensáveis	(8)	166
Outros Créditos	(66)	-
Depósitos Judiciais e Cauções	(199)	(182)
	(3.654)	(4.788)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	260	(3.844)
Tributos	(139)	1.152
Encargos Setoriais	-	1
Tributos Diferidos	36	(1.130)
	157	(3.821)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.001	4.612
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.365)	(1.012)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.636	3.600
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e Valores Mobiliários	(2.334)	(3.214)
No Imobilizado	(412)	(1.129)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.746)	(4.343)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recurso Destinado a Aumento de Capital	-	10.000
Dividendos pagos	(6.766)	(11.304)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.766)	(1.304)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.124	(2.047)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.210	3.257
No fim do exercício	5.334	1.210
	4.124	(2.047)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig PCH S.A. ("Companhia" ou "Cemig PCH"), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), constituída em 2 de outubro de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 2,87 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento e Santa Juliana, Estado de Minas Gerais.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim passou a ser vendida e faturada pela Cemig PCH a partir de janeiro de 2006.

A potência instalada e o prazo de autorização da referida usina é como segue:

USINA	Potência Instalada (MW) (Não auditada)	Prazo da Autorização
Pai Joaquim	2,87MW-médios	2032

Com a publicação da Portaria MME nº 463, de 03 de dezembro de 2009, que estabeleceu a metodologia para o cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a PCH Pai Joaquim foi impactada fortemente com a redução da sua garantia física. A maior redução ocorreu com a publicação da Portaria MME nº 58, de 30 de julho de 2012, quando sua garantia física foi reduzida de 12,52 MW-médios para 2,41 MW-médios a partir do primeiro semestre de 2013. Posteriormente, a publicação da Portaria MME nº

20, de 30 de janeiro de 2013, determinou um pequeno aumento da garantia física, passando para 2,87 MW-médios a partir do segundo semestre de 2013.

Em momento anterior ao da publicação da Portaria MME 463, a Cemig PCH firmou contratos de venda de energia incentivada, com 100% de desconto na TUSD, com alguns Consumidores livres em um montante próximo ao da garantia física da PCH Pai Joaquim. Assim, a Cemig PCH necessitou comprar energia no mercado de curto prazo, mensalmente, para suportar tais contratos.

Em 02 de setembro de 2011, foi publicado o Despacho ANEEL nº 3.584 excluindo a PCH Pai Joaquim do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Essa exclusão permitiu que, mensalmente, a Cemig PCH auferisse receitas na contabilização realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 07 de junho 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e Permissionárias (contas a receber não faturado);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 13 – Receita (Não faturada);
- Nota 16 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferece orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) – altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

As alterações à IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB e esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, caso aplicável a Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

c) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia disponibilizada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é realizado em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

g) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuído ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento.....	1.912	179
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários.....	625	382
Overnight.....	2.797	649
	<u>5.334</u>	<u>1.210</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 90% a 105,25% em 2016 (75% a 108% em 2015), conforme operação.

As operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 13,64% (entre 14,13% e 14,14% em 2015) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras, com carência para resgate acima de 90 dias.

	2016			2015		
	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total
Certificados de depósitos bancários.....	248	-	248	706	-	706
Letras Financeiras Bancos.....	5.504	106	5.610	2.289	83	2.372
Letras Financeiras do Tesouro....	1.459	-	1.459	465	-	465
Debêntures.....	550	242	792	797	-	797
Outros.....	-	-	-	1	1	1
	<u>7.761</u>	<u>348</u>	<u>8.109</u>	<u>4.257</u>	<u>84</u>	<u>4.341</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2016			2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço.....		108.759	(38.525)	70.234	107.455	(33.941)	73.514
Terrenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações.....	4,30	28.949	(9.903)	19.046	28.949	(8.660)	20.289
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	4,35	47.500	(16.057)	31.443	47.487	(13.927)	33.560
Máquinas e Equipamentos.....	4,09	32.301	(12.559)	19.742	31.010	(11.348)	19.662
Móveis Utensílios.....	6,25	9	(6)	3	9	(6)	3
Em Curso.....		432	-	432	1.343	-	1.343
Total.....		109.191	(38.525)	70.666	108.798	(33.941)	74.857

A mutação do Ativo Imobilizado em 2016 é como segue:

	Saldo em 2015	Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2016
Em Serviço.....	73.514					70.234
Terrenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações.....	20.289	-	(34)	1.357	(4.603)	19.046
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	33.560	-	(3)	(3)	(1.240)	31.443
Máquinas e Equipamentos.....	19.662	-	(34)	(54)	(2.063)	17.565
Móveis Utensílios.....	3	-	-	1.414	(1.300)	1.97
Em Curso.....	1.343	446				1.343
Total.....	74.857	446	(34)	(1.357)	(4.603)	70.666

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A taxa média de depreciação é 4,26% a.a. em 2016 e 2015.

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

9. FORNECEDORES

	2016	2015
Circulante		
Materiais e Serviços.....	516	643
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica.....	831	444
Retenção Contratual.....	13	13
	<u>1.360</u>	<u>1.100</u>
Circulante Não Circulante.....	1.347	1.087
	13	13

10. PROVISÕES

A Companhia não é parte em processos administrativos e judiciais em 2016 e 2015.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2016	2015
Circulante		
ICMS.....	434	380
COFINS.....	100	75
PASEP.....	22	16
INSS.....	10	70
Outros.....	-	29
Total.....	566	570
Circulante Não Circulante		
COFINS.....	1.310	1.146
PASEP.....	284	248
Total.....	1.594	1.394

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 100,5% a 105,25% em 2016 (entre 75% e 109% em 2015) conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFBs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFBs que compõem a carteira da Cemig PCH possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 112,7% em 2016 (entre 105% e 116,7% em 2015) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 113% em 2016 (entre 105,4% e 113% em 2015) do CDI.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo a Vencer		Total	
	2016	2015	2016	2015
Fornecimento de Energia				
Industrial.....	2.143	-	2.143	-
Fornecimento Não Faturado.....	1.912	1.912	1.912	1.791
Suprimento Moeda Nacional.....	6.007	6.007	6.007	4.890
Total.....	10.062	10.062	10.062	6.681

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração considerar que não há riscos de perdas na realização destas contas a receber.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

	2016	2015
Obrigações Fiscais		
PIS/COFINS.....	1.575	1.376
Total.....	1.575	1.376

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais – exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2016	2015
Circulante		
ICMS a recuperar.....	16	8
Total.....	16	8

	2016			2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço.....	108.759	(38.525)	70.234	107.455	(33.941)	73.514
Terrenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações.....	28.949	(9.903)	19.046	28.949	(8.660)	20.289
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	47.500	(16.057)	31.443	47.487	(13.927)	33.560
Máquinas e Equipamentos.....	32.301	(12.559)	19.742	31.010	(11.348)	19.662
Móveis Utensílios.....	9	(6)	3	9	(6)	3
Em Curso.....	432	-	432	1.343	-	1.343
Total.....	109.191	(38.525)	70.666	108.798	(33.941)	74.857

	Saldo em 2015	Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2016
Em Serviço.....	73.514					70.234
Terrenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações.....	20.289	-	(34)	1.357	(4.603)	19.046
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	33.560	-	(3)	(3)	(1.240)	31.443
Máquinas e Equipamentos.....	19.662	-	(34)	(54)	(2.063)	17.565
Móveis Utensílios.....	3	-	-	1.414	(1.300)	1.97
Em Curso.....	1.343	446				1.343
Total.....	74.857	446	(34)	(1.357)	(4.603)	70.666

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda.....	267	236
Contribuição Social.....	198	189
Total.....	465	425

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

	2016	2015
Imposto de Renda diferido.....	52	18

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.739.936/0001-90
Belo Horizonte - MG

Cemig PCH S.A. | CEMIG

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Reserva de Ajustes de Avaliação

Refere-se a avaliação dos ativos de geração que tiveram a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das novas normas contábeis Brasileiras (interpretação técnica ICPC 10).

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

Destinação do Resultado de 2016 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$13.578 e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.295 referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$679 correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$5.130 para pagamento de dividendos intermediários; e,
- R\$10.064 para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	13.578	8.395
Realização da reserva de Ajustes de Avaliação	2.295	2.277
Absorção Prejuízo do Exercício de 2014	—	(8.950)
	<u>15.873</u>	<u>1.722</u>
(-) Constituição da Reserva Legal	(6.799)	(86)
Resultado do Exercício Ajustado	15.194	1.636
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios (25% do Resultado do Exercício Ajustado)	3.799	409
Dividendos Propostos		
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25% do Resultado do Exercício Ajustado)	—	409
Dividendos Intermediários	5.130	—
Dividendos Adicionais referentes ao exercício	10.064	1.227
Total dos dividendos propostos	15.194	1.636
Valor Líquido excedente ao Dividendo mínimo obrigatório	11.396	1.227

14. RECEITA

	2016	2015
Fornecimento Bruto de Energia (a)	33.979	34.443
Deduções à Receita Operacional (b)	(6.797)	(6.278)
Receita Operacional Líquida	27.182	28.165

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	Nº Consumidores não auditado		MWh não auditado		RS Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento Faturado - Industrial	2		81.840	82.206	30.541	27.346
Fornecimento Faturado - Comercial	—	—	—	820	—	253
Fornecimento - Não faturado	—	—	—	—	120	(118)
Total Fornecimento	2	—	81.840	83.026	30.661	27.481
Energia Elétrica de Curto Prazo	—	—	56.824	29.824	3.318	6.962
Total	2	—	138.664	112.850	33.979	34.443

b) Deduções à Receita Operacional

	2016	2015
COFINS	1.010	1.033
PASEP	230	224
ICMS	5.498	4.968
TAXA DE FISCALIZAÇÃO SERVIÇO ENERGIA	59	53
Total	6.797	6.278

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Materiais	37	102
Serviços de Terceiros (a)	1.916	1.743
Depreciação	4.603	4.497
Energia Elétrica comprada para Revenda	7.317	13.110
Outras	87	80
Total	13.960	19.532

a) Serviços de Terceiros

	2016	2015
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	1.304	1.150
Meio Ambiente	11	30
Vigilância	330	366
Conservação e Limpeza de Prédios e Vila de Operadores	107	108
Outros	164	89
Total	1.916	1.743

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.434	1.127
Outras	707	106
	<u>2.141</u>	<u>1.233</u>
Despesas Financeiras		
Multas	(22)	(4)
Outras despesas financeiras	(12)	(11)
	<u>(34)</u>	<u>(15)</u>
Resultado Financeiro	2.107	1.218

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para o imposto de renda e contribuição social foi calculada com base no lucro presumido de acordo com as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

LUCRO PRESUMIDO

	2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	33.979	33.979
Percentual de Presunção	8%	12%
	<u>2.718</u>	<u>4.077</u>
Receita Financeira s/ resgate efetivo de Aplicações	1.299	1.299
Outras Receitas Financeiras	708	708
Base de Cálculo	4.725	6.084
Aliquota – IRPJ 15% / CSLL 9%	709	548
Adicional (10% s/ valor superior à RS240)	448	—
IR e CS Lucro Presumido	1.157	548
Renda de Aplicações Não Resgatadas	135	135
Aliquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	34	12
Resultado IR e CS	1.191	560
Corrente	1.157	548
Diferido	34	12

LUCRO PRESUMIDO

	2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	34.443	34.443
Percentual de Presunção	8%	12%
	<u>2.755</u>	<u>4.133</u>
Receita Financeira s/ resgate efetivo de Aplicações	1.073	1.073
Outras Receitas Financeiras	107	107
Base de Cálculo	3.935	5.313
Aliquota – IRPJ 15% / CSLL 9%	590	478
Adicional (10% s/ valor superior à RS240)	370	—
IR e CS Lucro Presumido	960	478
Renda de Aplicações Não Resgatadas	53	53
Aliquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	13	5
Resultado IR e CS	973	483
Corrente	(960)	(478)
Diferido	(13)	(5)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015
Controlador CEMIG				
Circulante				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	—	409	—	—
Outras partes relacionadas				
Cemig GT				
Circulante				
Prestação de Serviços (1)	66	—	(945)	(515)
Horizontes Energia S.A.				
Circulante				
Operações com Energia Elétrica (2)	966	—	(5.294)	—

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.
(2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig PCH aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no Fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015	
				Cemig PCH	0,59%	Cemig PCH	0,38%
Axxiom	Debêntures	109% do CDI	29/01/2017	34		42	
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	—		187	
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	65		41	
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	308		201	
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	—		82	
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	—		102	
ETAU	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	60		38	
BrasORTE	Debêntures	108% do CDI	22/06/2016	—		11	
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	59		—	
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	55		—	
				<u>581</u>		<u>704</u>	

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionários e Permissionários, Depósitos Judiciais e Cauções, e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e são classificados conforme abaixo, quando aplicáveis:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Concessionários e Permissionários e Depósitos Judiciais e Cauções. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amorti-

zado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Recebíveis				
Equivalentes de Caixa -				
Aplicações Financeiras	3.422	3.422	1.031	1.031
Concessionárias e Permissionárias	10.062	10.062	6.681	6.681
Depósitos Vinculados a Litígio	1.575	1.575	1.376	1.376
	<u>15.059</u>	<u>15.059</u>	<u>9.088</u>	<u>9.088</u>

Mantidos até vencimento

Títulos e Valores Mobiliários

Valor justo por meio do resultado:

Mantidos para negociação

Títulos e Valores Mobiliários

Passivos Financeiros:

Fornecedores

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, gerenciando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado do, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	Total
- Pré-fixadas		
Fornecedores	1.347	1.360
	<u>1.347</u>	<u>1.360</u>

20. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2016	
	Saldo em 2016	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)
Títulos e Valores Mobiliários		
Certificados de Depósitos	248	248
Bancários	—	—
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	5.474	5.474
Letras Financeiras do Tesouro	1.459	1.459
Debêntures	550	550
	<u>7.731</u>	<u>1.459</u>
Total	7.731	1.459

Dimas Costa	Márcio José Peres
Diretor-Presidente	Diretor
Franklin Moreira Gonçalves	Márcio José Peres
Diretor	Diretor
Leonardo George de Magalhães	Leonardo Felipe Mesquita
Superintendente de Controladoria	Gerente de Contabilidade
CRC – MG 53.140	Contador CRC-MG 85.260